CLÁUDIO PRATES: Senhoras e senhores boa tarde. Daremos início ao nosso evento. Meu nome é Cláudio Prates, sou Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, e quero em nome da Câmara dar boas vindas a todos e dizer que a Câmara se sente honrado de acolher esse importante evento que traz a discussão e traz de certa forma o Estado de Minas Gerais para aqui não é? Na medida em que o nosso secretário Nilmário Miranda, ele se faz presente juntamente com outras autoridades. Então quero em nome da Câmara de Montes Claros, do povo de Montes Claros que essa Casa representa, desejar as boas vindas a todos que aqui se fazem presentes e convidar nosso amigo Robson que possa dar sequência no convite da composição da mesa dos trabalhos. Sejam bem vindos.

ROBSON SÁVIO: Uma boa tarde para todos e todas. Queria convidar o Presidente da Câmara, Vereador Carlos Prates para compor a mesa conosco. Cláudio Prates, desculpa. Também o secretário de Direitos Humanos e Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda. E o Sub-Secretário de Direitos Humanos, promoção de direitos humanos, Doutor José Francisco da Silva. O senhor vereador Aldair Fagundes, que foi o nosso cicerone aqui nessa Casa. Gostaria de convidá-lo também. Bom, então sejam todas e todos bem-vindos para essa audiência pública da Comissão da Verdade de Minas Gerais. O meu nome é Robson Sávio, eu sou coordenador dessa comissão aqui no Estado e a nossa audiência pública de hoje ela é intitulada Ditadura Militar no Norte de Minas, memória de lutas e resistências camponesas. Eu informo também que essa audiência pública além de estar sendo transmitida pela Tv Câmara aqui, com a deferência do Senhor Presidente e dos vereadores, ela também está sendo transmitida pela Mídia Ninja para todo o Brasil e o mundo não é? Levando aqui um pouco da nossa discussão para outros companheiros espalhados por esse país. É, para dar início aos nossos trabalhos, eu gostaria então dado que o Senhor Presidente já fez a saudação inicial, passar a palavra para o Secretário de Direitos Humanos Nilmário Miranda para as suas considerações iniciais.

NILMÁRIO MIRANDA: Boa tarde a todas, a todos. Queridos amigos Cláudio Prates e Aldair Fagundes. Ao secretário José Francisco e ao Presidente e Coordenador da Comissão da Verdade, Professor Robson Sávio. Também aqui está Melissa Lassar não é Márcia? Que é da Comissão da Verdade, funcionários, assessores da nossa comissão. E todos os convidados e entidades que aqui estão. Olha, a Comissão da Verdade Presidente Cláudio Prates, ela é

decorrência de um trabalho que vem de alguns anos. Que a gente chama de reparação de direitos. Que nós tivemos uma longa ditadura no país, de 21 anos, contando os 02 anos de transição, são 23 anos praticamente e a nova Constituição estabeleceu que deveria fazer a reparação e a memória do período. A partir daí ter várias iniciativas. O Governo Federal instalou aprovado pelo Congresso Nacional em 95, uma comissão especial de mortos e desaparecidos políticos, foi a primeira iniciativa, depois da anistia de 79. E em 2001 instituiu uma comissão de anistia para toda sorte de reparação. Todos que tiveram prejuízo efetivo por perseguição política. Impedimentos de vínculos laborais, qualquer forma de perseguição. Depois em 2012 finalmente não é? Aprovado pelo Congresso Nacional, a instituição da Comissão Nacional da Verdade e que funcionou por 02 até produzir um relatório, etc. Aliás foi uma cerimônia muito bonita, instalação da Comissão Nacional da Verdade teve todos os presidentes pós-ditadura vivos. Estavam lá presentes no lançamento da Comissão da Verdade e a partir daí em vários estados, municípios, foram constituídas e universidades comissões da verdade. Para completar o trabalho da comissão nacional, como complementar. E nesse sentido, em Minas foi aprovado pela Assembleia a instituição da Comissão da Verdade no Governo anterior de Antônio Anastasia, a comissão foi instituída efetivamente. Não é uma comissão do Governo, nem do Governador Anastasia, nem do Governo Pimentel. É do Estado de Minas Gerais. Ela não é subordinada a nenhum Governo. O Governo, a Secretaria de Direitos Humanos a que eu tenho a honra de ser o titular, ela abriga e dá respaldo à Comissão da Verdade. ela tem autonomia. Importante as pessoas saberem também que são pessoas que não tem salário, remuneração de nenhuma espécie. Eles viajam esse Estado todo, trabalham há anos aí. Se dedicam muito, a bem do serviço público. E para nós, é um objetivo fundamental, para um país, para um Estado, para estabelecer sua identidade, no caso do Brasil seu projeto de nação. É ter um compromisso com a história verdadeira, que levou a isso. não se pode ocultar das novas gerações o que aconteceu em gerações passadas. E uma ditadura ela durou de uma forma nefasta sobre variadas áreas do país e dos estados, inclusive Minas Gerais. Então hoje aqui mais uma, eles vão dizer aí, vão colocar, eles fazem essas audiências em vários lugares e procuram sempre, acho impositivo da comissão, fazer esse ambiente como a Câmara de Vereadores, que é um local público. É uma casa do povo, casa do povo. Assim também é feita em algumas Universidades mas também é bom fazer numa casa do povo, como é a Câmara e tem que ter essa tradição de Montes Claros

não é? Então vim cá hoje também representando o Governador e nossa própria Secretaria, é que abriga com muita honra a Comissão da Verdade, para dizer que tem o nosso integral apoio. Não é? Essa comissão está fazendo levantamento, com os recursos que tem, tem que ter apoio de muitas instituições. Não é uma tarefa fácil levantar dados do passado. Não é? Muitas informações não estão registradas ou não foram sistematizadas. Então é um trabalho de descoberta não é? E que eles vem fazendo com impressionante dedicação e competência não é? Então eu queria em nome do Governador também, assim como nós acolhemos a Comissão da Verdade, também agradecer à Câmara através dos vereadores Cláudio e Aldair, o apoio que deram e estão dando à Comissão da Verdade de Minas Gerais, que é uma causa nobre não é? A única maneira de impedir que os absurdos que aconteceram naquele período voltem, é torná-lo ao conhecimento público. E as novas gerações, geração atual conhecer essa história, que é dessa maneira, se conhecer, se evita a repetição. Consolidar a própria democracia. Só acredito em democracia também que construída em cima da verdade, revelada toda a memória, não esconder. Nenhum país é grande se esconde também sua verdadeira história. Seja ela qual for. E a história de todo Estado, de todo país é assim. Tem momentos que a gente tem um profundo orgulho não é? Mas tem também seus momentos, como é o caso de uma ditadura, de opressão, de injustiça, de perseguições e nós não queremos isso nunca mais para o nosso Estado não é? Essa é a opinião do próprio Governador, não sei se todo mundo sabe. Mas o próprio Governador passou 04 anos de sua vida nos cárceres da ditadura não é? Ele foi, eu também tive um período, 02 períodos durante a ditadura de prisões e a gente conta isso não é para ficar remexendo em, alimentando ressentimentos, um tipo de revanchismo. Nada disso. É para as novas gerações, para a geração atual. Incorporar como um direito tão importante quanto os outros que estão assegurados na ordem jurídica da nossa Constituição, é também a busca da memória e da verdade que é um direito essencial, direito que cada um tem de conhecer e eu espero que no tempo certo, seja incorporado na base curricular, se for contar a história de Montes Claros, do Norte de Minas, se conte o que foi apurado, Aldair, de tudo que for apurado em todos os lugares. Então essa comissão tem o nosso absoluto e integral apoio, para realizar a sua missão que é uma missão distinta e nobre para o povo mineiro. Para o seu projeto de identidade no Estado tão importante para o país como é Minas Gerais. Obrigado e bom trabalho.

ROBSON SÁVIO: Muito obrigado. Ah, pois não, o Vereador Cláudio Prates está pedindo para registrar a presença do Presidente da Câmara de Janaúba, não é isso? Vereador Adauri. Muito obrigado vereador pela presença, muito obrigado. É, O Deputado Nilmário, o Secretário Nilmário é um dos, uma das personagens mas conhecidos em todo o mundo pela luta digamos assim, de todo esse campo que tem a ver com a memória, com a verdade, com o reconhecimento dessa história que muitas vezes é negada. Então também para nós de Minas Gerais, ter uma pessoa que tem esse reconhecimento internacional, como secretário de direitos humanos, também eu acho vereador, que é uma grande honra não é? O Nilmário por exemplo, ele foi, digamos assim, o criador da 1ª comissão de direitos humanos da Câmara Federal não é? Foi muito atuante na comissão de anistia. Tem um histórico não é? Reconhecido dessa luta, então certamente para nós é, reforça muito o nosso trabalho, também aumenta a nossa responsabilidade. Muito obrigado Nilmário. Quero passar a palavra então para as considerações iniciais, para o Doutor José Francisco da Silva, que é o Sub-Secretário de Promoção dos Direitos Humanos de Minas Gerais.

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA: Boa tarde a todos e todas. Meu nome é José Francisco, eu ocupo a Sub-Secretaria de Promoção e Defesa de Direitos a convite do Secretário Nilmário Miranda. Digamos assim uma convocação para esse espaço, esse lugar e faço com muita vontade, com muito amor, com muito coração. Gosto dessa pauta, verdadeiramente eu até brinco. Aonde é que você está? Eu voltei para a cachaça, que é o direitos humanos que é algo que a gente entra e já não tem mais saída, é pra sempre. E ocupando uma pasta que ela começa a colocar as suas marcas. É muito recente a secretaria, 02 anos não é? Que ela tem de vida e para minha ainda satisfação maior, a diretoria de memória ela está vinculada a essa Sub-Secretaria de Promoção e Defesa. Esse momento aqui, essa tarde aqui, ela é um esforço muito grande. É, por incrível que pareça, aparentemente algo muito simples de se encontrar em uma tarde, a Comissão da Verdade. mas foi um esforço muito grande da comissão, da Secretaria, da Câmara Municipal e de muitas organizações aqui da nossa região não é? Porque todos a sair, a buscar as pessoas e nós sabemos como as coisas funcionam aqui no nosso sertão. Ele é diferenciado. É diferenciado no seu modo. É diferenciado da sua locomoção não é? Que muitas vezes vai de encontro não é? No setor da diferença de como as coisas são previstas na burocracia do Estado. Então isso é muito interessante e esse esforço das pessoas, que ainda assim, fazem esse esforço, e aqui

estão. Me parece que todas as pessoas convidadas e previstas para estar conosco nesta tarde aqui, aqui compareceram. Para mim ainda tem um gosto especial, além de tudo que será dito aqui por essas pessoas e vivenciados fatos da época, dos anos 60, 70, 80, tem um gosto particular. A minha verdadeira vida profissional, eu considero que ela começou aqui, nesse sertão. É Montes Claros e região, por muito andei aqui, construí nessas andanças muitos amigos, grandes amigos, que muitos deles estão aqui nessa sala. Que muitos deles estão aqui nessa sala, aqui nessa tarde. Isso me conforta muito, me dá um gosto realmente especial. E se algo não é? Nós sabemos que ali a região de, em relação à luta do homem do campo, do trabalhador rural. Sabemos muito bem que daquela região ali que vai de Valadares a Teófilo Otoni teve um peso forte, tanto e quanto aqui nessa região. Não é? E algo a particularmente eu pude vivenciar enquanto aí um jovem trabalhador da saúde, que para aqui veio em 76, aqui já encontrei uma pessoa que está na plateia ali, o Léo Silveira, organizando capacitação, treinamento para formar auxiliares de saúde. Que a gente ia selecionar nas zonas rurais, nos municípios e ali a gente travava conhecimento e contatos com os sindicatos que ainda existiam e que começavam a se formar. Não é? Então eu não vou fazer citações maiores, porque essas pessoas terão aqui oportunidade de falar. Elas vão ser citadas aqui porque muitas delas terão a palavra. Mas eu só quero registrar isso. esse saborzinho especial dessa sessão, dessa tarde de acontecer aqui no Norte de Minas, trazendo para registro o que se ocorreu aqui, imposto por um Governo de força por um regime autoritário dos anos 60, 70 e 80. Um bom trabalho, belos depoimentos, obrigado.

ROBSON SÁVIO: Bom, eu agradeço ao Doutor José Francisco e daqui a pouco eu vou fazer uma série de agradecimentos a parceiros locais, mas só vou me antecipar agradecendo a ele e a equipe da Sub-Secretaria de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, que foi fundamental pelo que o Doutor José Francisco nessa organização. Toda a equipe lá, a Mirela que é superintendente, a Vanusa, o Pedro e a equipe e obviamente secretário Nilmário, todos os demais órgãos da SEDPAG foram fundamentais. Muito obrigado a ambos pela parceria, está certo? Eu vou pedir também o Vereador Aldair que faça suas considerações. A saudação aqui aos presentes.

ALDAIR FAGUNDES: Apenas boa tarde a todos e todas. Apenas para acolher e desejar as boas vindas. Agradecer ao presidente da Casa que junto com a gerência, teve todo o empenho de

liberar o espaço, as tecnologias para que esse momento possa estar acontecendo e sendo registrado. A todos que vieram de longe e de perto, mulheres e homens aguerridos, guerreiros, em busca da verdade. Na Comissão da Verdade. É histórico para nós, eu tenho muito prazer de estar participando desse momento. Muito obrigado.

ROBSON SÁVIO: Muito obrigado então ao vereador Aldair Fagundes. Eu vou retomar, passar a palavra ao Senhor Presidente, para que ele possa então dirigir aos demais aqui, e na sequência, nós vamos desfazer a mesa, pedindo que o Deputado Nilmário continue para que a gente possa iniciar a nossa audiência efetivamente.

CLÁUDIO PRATES: Registrar também a presença dos vereadores Léo Dias, que é o representante indicado pela Câmara Municipal para compor também como representante dos fóruns do Estado de Minas Gerais, que tem feito um trabalho belíssimo , representando a Câmara junto ao Governo do Estado e aos fóruns que é o projeto que nós aplaudimos a iniciativa de vir ao interior para ouvir as reivindicações de cada área de demanda. Mais uma vez, desejar as boas vindas não é? O vereador Aldair ele menciona o fato da Câmara ter aberto as portas. Na verdade isso não é nenhum favor, é obrigação porque como a gente diz, é a casa de fato e tem que ser, estar aberta à população para discutir todas as demandas. Registrar aqui, cumprimentar o público presente na pessoa da Leninha, que é uma grande amiga, grande, também do Senhor Zano Felix e todos assim se sintam cumprimentados mais uma vez e bem vindos. Eu tive a honra de presidir durante 04 anos a Câmara na gestão passada. A comissão de direitos humanos da Câmara. E embora tenha como profissão ser policial federal e muitas pessoas acham às vezes incompatível, eu comentava como o Secretário e com o sub-Secretário que antes de atuar como policial eu fui advogado durante 10 anos, e lecionei direito constitucional e direitos humanos da Polícia Militar e também na Unimontes. De forma que tenho a compreensão bem próxima ao que nos traz aqui os secretários que propõe a Comissão da Verdade, pegando até a frase do próprio Cristo não é? Que é a verdade que liberta não é? Ele fala isso. Vencereis e a verdade ela que liberta. Então a Câmara se sente honrada de trazer essa oportunidade de se discutir e aproveito para mais uma vez publicamente parabenizar o Secretário Nilmário pelo excelente trabalho que sempre realizou como deputado, mas sempre trazendo à tona, sempre essa comissão de direitos humanos, ela traduz sempre como a sua imagem, é como se tivesse a imagem do deputado. Então não vou

alongar muito. É desejar as boas vindas. Eu não poderei participar durante todo o evento porque hoje é o encerramento de um projeto cultural que a Câmara de Montes Claros é parceira. Que são editais e hoje é o último dia e a gente está acompanhando de perto e temos visita de várias Câmaras Municipais. Uma das nossas propostas como presidente, é que a Câmara cada vez mais esteja aberta. Lançamos essa semana a ouvidoria digital, para toda a população de Montes Claros possa acompanhar de perto. Em muito breve, se Deus quiser a TV Câmara funcionando 24 horas, exatamente para que população tenha a participação e a transparência do que se espera de uma casa parlamentar. No mais, devolvo ao amigo Robson aqui para que possa dar continuidade aos trabalhos desejando de fato um êxito feliz nesse evento. Muito obrigado.

ROBSON SÁVIO: Muito obrigado então, Vereador Cláudio Prates. Eu vou aqui ratificar as palavras do Vereador Aldair. Toda a disponibilidade da Câmara, na cessão do espaço, setor de comunicação, setor de serviços. Setor de relações públicas, tudo isso corrobora muito para o nosso trabalho, mais do que isso, a gente consegue divulgar para toda a comunidade montesclarense essa atividade que acontece aqui, então muitíssimo obrigado ao Senhor por toda a deferência. O vereador quer usar a palavra para fazer a saudação? Por gentileza.

LÉO DIAS: Então secretário Nilmário Miranda. Ao Presidente da Casa, Cláudio Prates, Vereador Aldair e o público presente. Fizemos questão de estar presente aqui hoje, nesse, ainda bem que nós estamos na democracia, senão eu ia falar que era sabotagem. Estar presente nesse debate aqui, que é um debate que nos interessa muito. Fizemos uma ou duas reuniões lá com o Joba na Unimontes não é? Ainda no início que eu estava fazendo a discussão da Comissão da Verdade no Norte de Minas. E para nós, principalmente nós que somos de partido de esquerda, eu sou do PC do B, não é? Aldair, somos e pessoas que lutaram muito para que a gente possa ter uma democracia restabelecida no país. Mesmo que eu não tive oportunidade de estar à frente e lutar contra os excessos da ditadura militar em seu período, nós ainda sofremos resquícios daquilo que foi essa ditadura. Aqui por exemplo no Norte de Minas tivemos vários relatos que já tivemos, por exemplo do Senhor Porfírio de Souza, e outros mais que eram das fileiras do antigo partidão, do PC do B também que vários relatos de perseguições e isso tudo. Então aqui é importante que a gente conheça, aqui não é um revanchismo não é? É querer apontar o dedo e falar quem errou, quem não errou. Mas é para poder trazer à tona a verdade de fato para que gente nunca mais

possa acontecer. Nós não queremos mais no nosso país um regime de exceção, ainda mais neste momento que a gente tem uma crise política muito aguda, muito séria no país, quanto mais vezes a gente vê muitos jovens, principalmente hoje, invocando o uso de forças de exceção como método de salvaguardar o país, nós ficamos muito preocupados. Então hoje trazendo esse debate aqui para a Câmara de Montes Claros, é importante para que nós possamos não só ter os relatos e conhecer também mas que façamos também uma frente em defesa da democracia, que foi tão cara pra gente. Ela é tão cara como diz outros pensadores. Democracia é o pior sistema que existe excluindo todos os demais. Então nós não somos perfeitos, estamos caminhando para poder consolidar nossa democracia, apesar de termos ainda no século XXI agora movimentos que queiram lutar, interromper essa nossa democracia, em relação a ditadura militar do Norte de Minas, a gente precisa de fato conhecer melhor, saber do que ocorreu. O quê que foram esses crimes, o quê que foi crime, o quê que foi lutar para que não aconteça jamais e nós não queremos mais viver o estado de exceção e nem uma ditadura militar no país. Então eu acho muito válida a vinda hoje do Secretário, Sub-Secretário e todos que conduzem essa audiência. Colocamos nosso mandato também à disposição não é? Junto com a Câmara para o que for necessário a partir das deliberações de hoje, nessa audiência. Muito obrigado, bom dia, boa tarde.

D01: Muito obrigado ao vereador. Então agradeço aos vereadores presentes, ao Sub-Secretário José Francisco. Eu vou pedir que o secretário Nilmário continue enquanto ele pode. Nós vamos então dar início às nossas atividades da audiência pública. Eu queria inicialmente fazer uma série de registros, de agradecimentos que eu acho que são pertinentes e fundamentais. Farei isso muito rapidamente. É, queria agradecer além da Câmara Municipal de Montes Claros obviamente, o Centro de Cultura Alternativa do Norte de Minas, então o pessoal do CAA parceiro nosso de primeira hora, muito obrigado. Quero agradecer também a Comissão da Memória e Verdade Grande Sertão, que é parceira, colaboradora nossa que também atua conosco na troca de informações. A Comissão Pastoral da Terra, aqui do Norte de Minas. O Genildo que é presidente do Sindicado dos Trabalhadores Rurais de Verdelândia e a Câmara Municipal de Verdelândia. Ontem nós tivemos lá uma reunião com a presença inclusive do Professor Dayrel, bastante produtiva. A equipe do Vereador Aldair que já falou aqui inicialmente, juntamente com a sua equipe de comunicação social. Toda a equipe da Secretaria de Direitos Humanos,

participação social e cidadania não é? O pessoal do secretário Nilmário Miranda e do Sub-Secretário José Francisco. A Cáritas Regional aqui do norte. Ao IDENE que disponibilizou veículo de transportes para que nós pudéssemos ir em Verdelândia, Januária e outras cidades. O João Batista, Joba, grande parceiro e colaborador nosso, aqui dessa região e companheiros de vários sindicatos aqui presentes e também da Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Sul da Bahia que se encontram aqui hoje. Muito obrigado a todos vocês que estão presentes. Se por um acaso eu deixei de citar alguém, que por favor tem a Helena Mourinho que é a nossa assessora, que seja passado para ela a comunicação que nós registraremos aqui. A Helena Mourinho que está sentada aqui na primeira carteira. Nós faremos o registro das demais participações, de lideranças que estiverem aqui. Tá? Por gentileza. Quero também registrar que a presença da Conselheira da Comissão da Verdade, o secretário Nilmário já falou, Emily Vieira Salazar que é também Conselheira da nossa Comissão tá? E da equipe da Comissão da Verdade, além da Helena Mourinho que é a nossa secretaria executiva, nós temos a equipe da Subcomissão dos trabalhadores rurais, o Thiago, a Marina e a Caroline, que eu já vi que estão por aí também, que fizeram essas atividades de trabalho de campo desde segunda-feira. A todos vocês muito obrigado. Então senhoras e senhores segundo a legislação que criou a Comissão da Verdade em Minas Gerais, compete a essa Comissão. Estabelecer os fatos e as circunstâncias do casos de graves violações dos direitos fundamentais. Identificar e tornar públicos os locais, as instituições, as estruturas e as circunstâncias relacionados direta ou indiretamente à prática de violação aos direitos fundamentais, inclusive as suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade civil. Recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir ofensas aos direitos fundamentais e humanos. Promover com base nos informes obtidos e averiguações efetivadas, a reconstrução da história. Dos caso cabíveis e suas atribuições, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas e aseus familiares. O artigo 5º da Lei Estadual 20765/2013 que instituiu a Comissão da Verdade, determina que para execução dos seus objetivos, esta comissão poderá entre outras atribuições, solicitar quaisquer informações e documentos diretamente dos órgãos e entidades públicos, promover audiências públicas. Determinar a realização de perícias de diligências. E pedir o auxílio de entidades para tomar o depoimento de pessoas que guardem relação com os fatos e as circunstâncias examinadas pelo comissão. Por meio de audiências públicas, nossa Comissão da Verdade em Minas Gerais pode

direcionar a atenção do Governo e a atenção dos agentes públicos, para instituições específicas, tais como os meios de comunicação, as prisões, as instituições judiciais. As graves violações a segmentos específicos e no caso dessa audiência pública no Norte de Minas, a trabalhadores rurais. Servindo assim de catalisador do debate sobre a função, que essas instituições, lutas e movimentos cumpriram no passado, e as medidas que devem ser tomadas no futuro, para aumentar sua efetividade e sua capacidade para promover proteger os direitos humanos, preservar a memória e promover a justiça. Essa é a terceira audiência pública da Comissão da Verdade em Minas Gerais, neste ano. No dia 23 de março, realizamos uma audiência pública com um grupo de jornalistas mineiros para tratar da censura aos meios de comunicação de massa no período da ditadura militar. Logo depois, ouvimos lideranças e representações estudantis que atuaram nos chamados anos de chumbo, numa audiência pública intitulada Repressão ao Movimento Estudantil em Minas Gerais no Período da ditadura militar. Foram colhidos testemunhos de estudantes universitários, que sofreram a repressão da ditadura civil e militar em nosso Estado, e lembradas as circunstâncias de fato relacionados a luta no meio universitário, que resgatam a memória de graves violações a direitos humanos, ocorridos na época do regime militar. Nos depoimentos foram rememorados episódios de repressão, que ocorreram principalmente da capital do Estado em Belo Horizonte mas também no interior do Estado. Dentre eles, destaco a aplicação do Decreto Lei 477, as intervenções militares nas universidades, as prisões de estudantes, o congresso da UNE em 68, quando foram presos estudantes de instituições de ensino superior em Minas Gerais e o 3º Encontro Nacional dos Estudantes realizado em Belo Horizonte e que está uma série de comemorações, está comemorando justamente os 50 anos desse encontro. 50 ou 40? 50 não é? 50 anos. A Comissão da Verdade de Minas Gerais ela pesquisa 13 temas. Que muito rapidamente eu vou relacioná-los aqui para vocês entenderem o tamanho e o escopo do nosso trabalho. Então nós pesquisamos sobre acontecimentos que envolvem mortes e desaparecimentos de opositores da ditadura. Acontecimentos que envolveram tortura de opositores da ditadura. Acontecimentos que atingiram trabalhadores rurais e este é o objetivo desta audiência pública aqui no Norte de Minas. Acontecimentos que envolveram trabalhadores urbanos como o massacre de Ipatinga. A repressão aos trabalhadores da Mina de Morro Velho e a repressão ao movimento sindical urbano. Acontecimentos que envolveram perseguição a membros de igrejas e instituições

religiosas e congregações religiosas. Acontecimentos que envolverem violações de direitos humanos de etnias indígenas. Inclusive nós estamos pesquisando aqui o caso dos Xacriabás, que também são desta região. Atentados terroristas de extrema direita. Locais de resistência à ditadura. Locais de tortura de opositores ao regime militar. Acontecimentos que implicaram na censura aos meios de comunicação e aos espetáculos culturais e artísticos. Acontecimentos que implicaram na cassação de representantes políticos ou na demissão e exoneração de funcionários por motivos políticos. Acontecimentos que implicaram a expulsão de universitários, por meio do Decreto 477. E também impedimento de convivência de crianças e adolescentes com seus pais, em razão da prisão, morte ou desaparecimento dos genitores durante o período ditatorial. Então como os senhoras e senhores podem perceber, esse é o escopo, o desafio da Comissão da Verdade aqui em Minas Gerais, de produzir um relatório sobre todas essas temáticas no âmbito de todo o Estado. A Comissão da Verdade então através da subcomissão de trabalhadores rurais, está aqui no Norte de Minas desde segunda-feira. Já estivemos em Januária, ouvindo algumas lideranças e sindicatos de trabalhadores rurais, e ontem nós passamos o dia todo em Verdelândia, juntamente com alguns companheiros da Comissão da Verdade Grande Sertão. Nós tomamos depoimentos sobre o chamado Massacre de Cachoeirinha. E os nossos amigos lá da Liga dos Camponeses Pobres, chamou atenção que nós deveríamos mudar esse nome. Ao invés de chamar de Massacre de Cachoeirinha, chamarmos Nilmário de resistência de Cachoeirinha. Que não obstante alguns companheiros terem sido mortos, a resistência de muitos mantém a luta ativa dos trabalhadores em todo o Norte de Minas até hoje. Então inclusive nós vamos considerar essa observação dos companheiros da Liga dos Camponeses Pobres de ontem, ok? Na audiência de hoje, eu quero pedir que os nossos depoentes, eles procurem dentro do possível, narrar os fatos que julgam relevantes à história da luta dos camponeses aqui no norte do Estado, focalizando principalmente o período da ditadura civil militar, de 64 a 84, 85 podendo chegar até 1988, quando nós tivemos a Constituição Federal, e esse também é o tempo que a Comissão da Verdade tem para apuração de violação dos direitos humanos. Na verdade, a lei que criou a Comissão da Verdade determina que o tempo é de 1946 até 1988. não é? Sendo que o nosso foco principal é durante a ditadura militar. É muito importante que para a memória, além do registro dessa memória dos nossos depoentes, também dentro do possível, sejam agregadas informações relevantes sobre os episódios que envolveram

massacres, violações, mortes de companheiros camponeses. Não é? Sempre procurando registrar nomes, datas. A participação de agentes públicos. A participação de empresas públicas e privadas nestas violações e direitos individuais e também de direitos coletivos dos trabalhadores rurais. Então é esse o escopo do nosso trabalho e dessa nossa audiência aqui hoje. As pessoas que serão convidadas para dar o seu depoimento, elas poderão falar pelo tempo que acharam conveniente. Aqui não é um interrogatório. A audiência da COVEMG é uma escuta de atores importantes que conhecem da história e vão dar o seu testemunho. Portanto as pessoas poderão falar o tempo que acharem relevante, e elas não serão interrompidas e não serão questionadas. Ao final da audiência, se houver tempo, nós abriremos para algum debate com os presentes. Então fique bem claro que durante os depoimentos não é? As pessoas terão tempo necessário para suas colocações, e não será permitido a interrupção dos depoentes. Antes de eu chamar aqui os depoentes que vão compor essa nossa mesa, eu queria solicitar a presença do Professor Carlos Dayrel que ele vai ter 15 minutos para fazer uma breve exposição sobre o contexto da violação dos direitos de trabalhadores rurais aqui no Norte de Minas, um pouco para situar os presentes dessa situação. Então nós convidamos e agradecemos a presença do Professor Carlos Dayrel, que terá até 15 minutos para as suas considerações iniciais, e para consideração sobre questão envolvendo violência aos trabalhadores rurais aqui no norte do Estado. Com a palavra então, o Professor Carlos Dayrel.

CARLOS DAYREL: Boa tarde a todos e todas. É um prazer estar aqui nesse momento que ele é importante para todos nós. De Minas Gerais e do Sertão de Minas Gerais. E muito bom estarmos também com a presença do Nilmário Miranda como nosso porta-voz ao que temos a dizer ao Estado não é? Gostaria de registrar, eu sou doutorando do PPGDS, faço parte do Centro de Agricultura Alternativa Braulino Caetano, nosso diretor aqui que está presente e sou também membro da Comissão Verdade e Memória Grande Sertão. E como membro dessa comissão, eu gostaria de dedicar esse evento a um membro que contribuiu na construção da comissão e que nesse período, ele já não está conosco que é o grande companheiro Alvimar Ribeiro dos Santos. Eu gostaria de registrar isto. Ele foi uma pessoa que além de sindicalista, diretor da CUT, diretor da, membro militante da Comissão Pastoral da Terra, ele teve uma importância muito grande na própria construção do Centro de Agricultura Alternativa e mais do que isso, uma presença constante naquele período crítico. Foram casos e casos não é? Que nós temos registro dele, que

ele acompanhou de violência, de assassinatos que ele estava sempre presente. Então gostaríamos então de prestar essa homenagem ao grande companheiro. Bom, eu fiquei de fazer a contextualização. Como nosso tempo é bem resumido, então eu vou me dar, vou ler, para não cometer risco de extrapolar o tempo e deixar algumas questões que são importantes de ser relatadas, certo? Mas é importante dizer que a ditadura militar deixou marcas muito profundas no Norte de Minas, principalmente junto ao campesinato, aos posseiros e hoje aos que se auto afirmam como povos e comunidades tradicionais, ou seja, indígenas, quilombolas, vajanteiros, gerazeiros, não é? Apanhadores de flores, nessa diversidade sociocultural que é presente do Norte de Minas não é? Mas não só isso. marcas profundas também na nossa paisagem, ambiental econômica, social e cultural. A gente pode dizer e falamos isso com muita segurança. São centenas. A gente poderia talvez falar que são milhares, mas vamos dizer, são centenas de comunidades, milhares de famílias que em sua grande maioria até hoje sofrem com os efeitos da ditadura militar. E essa audiência ela é importante pois pela primeira vez, vamos poder expor ao Estado de Minas Gerais a violência que foi cometida contra os povos do sertão e que encontra-se até hoje a espera de um reconhecimento, à espera da reparação. Alertamos que os casos que vão se cerrar no dia de hoje, que vão ser relatados no dia de hoje, não se cerram com esses relatos e que muito menos o relatório que está previsto ser feito até o final do ano, não vai dar conta de cobrir o tamanho e aspecto de violência que foi cometida. Mas esperamos que ações reparadoras e estruturantes sejam acompanhadas e executadas iniciando ainda no atual mandato, nesse mandato, no mandato do atual Governo. E a Comissão Verdade e Memória Grande Sertão, esperamos dar continuidade nos outros caso que não tiverem sido cobertos. Nessa contextualização vamos abordar duas vertentes entre outras, que devem ser consideradas por essa Comissão. E o nosso entendimento que a gente tem sobre a violência cometida pela ditadura militar nos sertões de Minas Gerais. A primeira refere-se ao uso do aparelho repressivo do estado ditatorial. Para atenderem interesses privados das elites fazendeiras e dos empresários. Ou seja, pessoas vinculadas da elite, utilizaram em função de seu interesse privado, no período da ditadura, de ações do DOPS, da Polícia Militar, da Secretaria de Segurança Pública para ameaçar, prender, torturar e assassinar posseiros, suas famílias, suas mulheres, seus filhos. Alguns casos com relação a isso vão ser relatados aqui. São dezenas de casos que temos conhecimento, Ou seja, que nós já escutamos. Não que a gente, a gente não

tem a dimensão do todo, mas são dezenas de casos que nós já escutamos, pessoas relatando não é? De como por exemplo, os quilombolas de Bom Jardim da Prata que estão aqui presentes. Dos quilombolas de Manga, de Brejo de Crioulos. Dos vazanteiros, de comunidades vazanteiras inclusive aqui presentes, o pessoal dos vazanteiros de Pau Preto. Geraizeiros, veredeiros, mas principalmente os posseiros de Cachoeirinha. Com relação a essa vertente, ou seja, ação repressiva do Estado para poder atender a interesses privados. Mas existe uma outra vertente não menos importante, mas talvez com a repercussão numa escala muito mais ampliada que refere-se a violência da ação institucionalizada do Estado, que sob à égide da geopolítica dos militares, declararam o Norte de Minas e os cerrados como vazios econômicos. Vazios de gente. Olha só, o Norte de Minas como vazio econômico. O Norte de Minas que até hoje é uma das regiões que contem o maior adensamento de agricultores familiares do Estado. Onde 80% do trabalho, da ocupação são provenientes dos agricultores familiares. Não é? Ou seja, aqui foi considerado vazio econômico e vazio de gente. E foi a partir dessa perspectiva em um contexto de falta de liberdades democráticas, que foram estruturadas ou restruturadas as instituições, como a Sudene, a Codevasf, o IBDF, o Ibama, a Ruralminas e o IEF entre outras que foram estruturadas para quase que como o braço armado da ditadura, promover uma série de programas e políticas públicas, que foram executados na região. Como por exemplo, o dos direitos florestais, que viabilizou o acesso a milhões de hectares de cerrados declarar atendidos os ditames das chapadas do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha. Financiado com recursos como FISETE, fundo de investimentos setoriais. Recursos que viabilizaram a implantação em larga escala da pecuária. De projetos de irrigação e aí podemos dizer 02 casos emblemáticos que não podemos esquecer. O caso do Projeto Jaíba e do Projeto Irrigação do Gurutuba, inclusive com estudos que estão sendo feitos agora por estudantes, por historiador que está sendo feito sobre os impactos desse projeto na vida de centenas de famílias, milhares de famílias, de gurutubanas que estão ainda a espera da reparação. E de outros programas como por exemplo o Pró-Varzeas. O Pró-Varzeas que junto com o programa de polos florestais, praticamente ocupou as chapadas e drenaram as várzeas, secando, provocando uma degradação ambiental irreparável, irreparável. Pois é. Essas políticas e programas foram executados sem permitir que o povo do lugar questionasse e protestasse, pois quem se opunha era considerado comunista. Assim foram muitos casos de assassinatos, de prisão, de tortura e de ameaça. Foram centenas de casos que aconteceu nessa região. Foi assim que o Estado viabilizou entre as décadas de 1970 e 1980 o apossamento e a destinação, em alguns casos a

regularização de cerca de segundo estudos, do Professor Ariovald Ubelino, 3 a 4 milhões de hectares no Norte de Minas, foram tomados nessas comunidades e repassadas para fazendeiros e empresários. Casos demais. Eu vou citar um caso. Quanto eu estava vindo para o Norte de Minas, na primeira vez na casa de Léo, eu fui fazer um trabalho em Catuni. Isso foi novembro de 1981. Estava lá na comunidade fazendo um trabalho e dormi na casa lá de um camponês. Escutei um barulho. Muito barulho à noite, estava um dia chuvoso. No dia seguinte eu fui saber o quê que era, a comunidade acolhendo uma família que foi expulsa da noite por correntões. Simplesmente não tinha nenhuma possibilidade. Onde que nós vamos ter uma pessoa dessa comunidade, essa família poder relatar um caso como esse. Eu presenciei. A comunidade acolheu. Por quê? Foi expulsa por correntões que destruiu a casa e o pomar e ela foi acolhida pela comunidade de Catuni. Isso eu vivenciei, nos primeiros, recém-formado aqui no Norte de Minas. É, e a gente gostaríamos de contestar a versão. Pelo menos o caso do Norte de Minas, de que aqui a terra sempre foi concentrada. E que esta questão não se refere aos crimes cometidos pela ditadura. Afirmamos que sim. A concentração de terras e a consequente degradação social, econômica e ambiental do Norte de Minas, tem como principal vetor a ação do estado ditatorial. Ação ditatorial que permanece até os dias de hoje. Nessas instituições ou nas que elas foram incorporadas. Vou dar um exemplo. Permanece na ação do IEF até hoje. O IEF tem uma ação ditatorial. Sua ação ditatorial junto às comunidades tradicionais, junto às comunidades locais. O caso da Ruralminas. A omissão da CODEVASF foi responsável pela construção desse projeto de irrigação e são milhares de famílias que estão aí até hoje solicitando, demandando reparação. Então a partir dessa leitura a gente também tem algumas sugestões e recomendações que nós achamos importante. Que as pessoas, fazendeiros, empresários, que foram beneficiários diretos e funcionários públicos que foram devolvidos nesse processo de ação junto aos interesses privados não é? Sejam identificados e punidos. Que as famílias ou comunidades que foram afetadas, sejam identificadas e reparadas. Seja individual ou coletivamente. Que se apure a atuação desses órgãos e as consequências das políticas e programas executados nesse período e se promovam ações e políticas reparadoras. E nesse sentido de se pensar ações e políticas reparadoras, não pode dizer que faltam propostas no campo da economia, da promoção social, do desenvolvimento, porque nós, a região tem um conjunto significativo de propostas que podem ser incorporadas em ações imediatas e emergenciais e de médio e longo prazo. E que nesse

sentido, aí eu falando direto ao nosso secretário, que o Estado de Minas ouça os reclamos dos posseiros. Dos povos e comunidades tradicionais. Vou dar um exemplo. Em agosto de 2015, a Articulação Rosalide, pobres e comunidades tradicionais, junto com o movimento sindical colocou 5.000 pessoas para poder receber aqui o ex-presidente Lula e o Governador Pimentel. Lula, o pessoal entregou uma carta para Lula e para o Governador Pimentel. E Lula publicamente falou, Governador, atenda as demandas desse povo pobre. Porque esse povo, atender a demanda deles dá muito menos trabalho. até hoje o Governador Pimentel não receber a Articulação Rosalide de Povos e Comunidades Tradicionais. Ou seja, então a gente gostaria de que relevasse essa mensagem ao nosso Governador, porque de queremos reparar os crimes que foram cometidos pela ditadura, e eles são muitos, são centenas. É fundamental, a gente acredita na ação do Estado, dessa possibilidade. Outra questão importante gente. Nós não podemos, é importante que o IEF também leve essa mensagem para o Governador. Que o IEF incorpore a pauta socioambiental e demita de imediato o Diretor de Áreas Protegidas que é o Henri Collet. Nós não podemos que o filhote da ditadura continue oprimindo centenas de comunidades com seus parques aqui. Que estão tomando as áreas das comunidades tradicionais. Bom, gente, meu tempo terminou mas desse tempo a ideia nossa era realmente abrir essa questão, mas pelo menos que essas duas perspectivas sejam consideradas pela Comissão Verdade e Memória e que também quem sabe isso pode abrir um diálogo do Governo de Minas com as comunidades que estão inviabilizadas frente a um diálogo produtivo com o Estado. Muito obrigado."

ROBSON SÁVIO: Muito obrigado ao Professor Carlos Dayrel. Eu vou fazer o seguinte, como o secretário Nilmário ele foi citado aqui várias vezes, eu vou passar a palavra para ele fazer alguma consideração e depois eu quero ratificar aquilo que eu já disse. Para o registro da nossa Comissão da Verdade, é muito importante, primeiro, nós focalizarmos o período da ditadura militar. E segundo, nesse momento, a Comissão da Verdade apurando o que ocorreu nesse período, fará recomendações para o Governo, em termos de ações. É muito importante dizer isso daqui, porque às vezes as pessoas veem o secretário aqui na frente.